

## **Política Pública de segurança na Paraíba: analisando os resultados da *policy***

*José Maria P. da Nóbrega Jr.*<sup>1</sup> Universidade Federal de Campina Grande  
Emails: [jmnobrega@ufcg.edu.br](mailto:jmnobrega@ufcg.edu.br) [Nóbrega.jr.ufpe@gmail.com](mailto:Nóbrega.jr.ufpe@gmail.com)

### **Eixo temático: POLÍTICAS PÚBLICAS: FORMULAÇÃO E GESTÃO**

**Resumo:** o presente paper presta-se a fazer uma análise da política pública de segurança pública do Estado da Paraíba utilizando o referencial teórico e empírico da *policy analysis*. Parte-se do problema do crescimento da criminalidade violenta em anos consecutivos e a entrada na agenda do governo paraibano da segurança pública como área estratégica. O estudo parte de uma pequena construção teórica da temática da segurança pública para a elaboração de uma hipótese que possa ser testada empiricamente. A hipótese afirma que os governos estaduais passaram a encarar a segurança pública como problema a ser enfrentado a partir do momento que passou a efetuar mais gastos e investir mais na área com o maior número de prisões efetuadas. O método de análise é de caráter quantitativo com o uso de estatística descritiva e de um modelo de correlação de Pearson. Os resultados apontam para a confirmação da hipótese, na qual a maior atenção dos *policy makers* na segurança pública foi fator importante para a redução da criminalidade violenta nos últimos anos da série histórica analisada.

**Palavras-chave:** *segurança pública, policy makers, análise de políticas públicas.*

### **Security Public Policy in Paraíba: analyzing the results of the policy**

**Abstract:** this paper lends itself to make an analysis of public security public policy Paraíba state using the theoretical and empirical framework of policy analysis. Part of the problem is the growth of violent crime in consecutive years and the entry into the Paraíba government's agenda of public security as a strategic area. The study is a small theoretical construction of the public safety issue for the development of a hypothesis that can be tested empirically. The hypothesis states that state governments have to face public security as a problem to be faced from the moment they started to make more spending and invest more in the area with the highest number of arrests. The analysis method is quantitative approach using descriptive statistics and a Pearson correlation model. The results point to the confirmation of the hypothesis, in which most attention from policy makers in public security was an important factor in reducing violent crime in recent years of the series analyzed.

**Key-words:** *public safety, policy makers, public policy analysis.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. Professor Adjunto III da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sumé, PB. Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública da UFCG/CDSA (Sumé). Membro permanente do PROFIAP/UFCG. Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU). E-mail: [jmnobrega@ufcg.edu.br](mailto:jmnobrega@ufcg.edu.br)

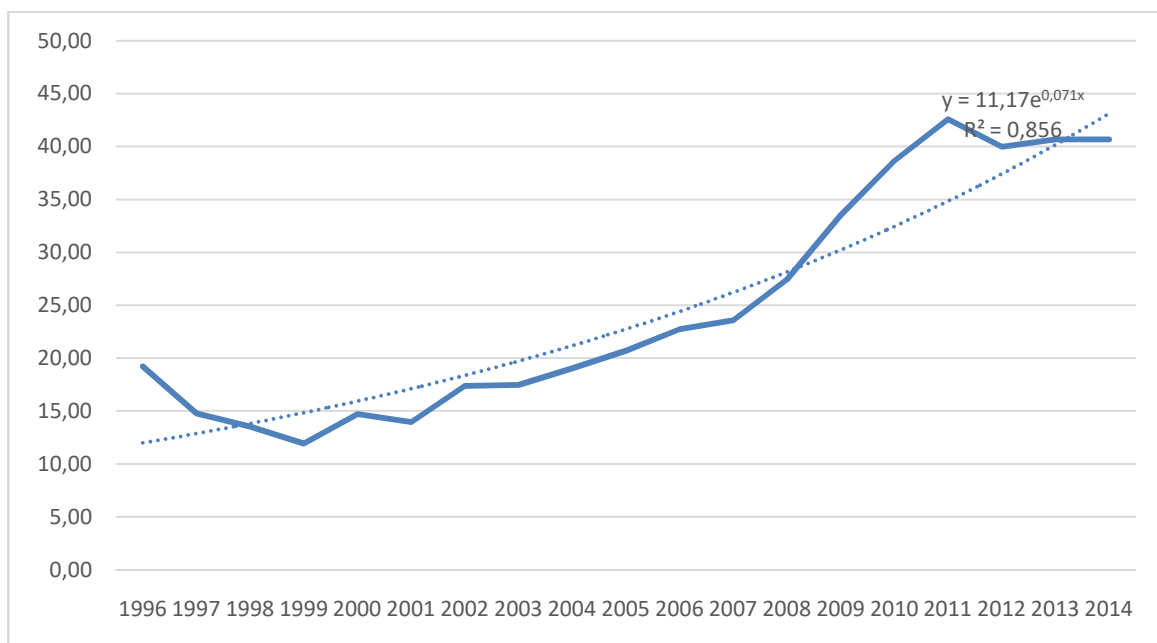
## Introdução

Entre os anos de 2003 e 2011 a violência homicida cresceu de forma exponencial na Paraíba. A partir de 2012, os dados começaram a apresentar tendência de queda, mas ainda num patamar muito alto em taxas por cem mil habitantes.

As taxas de homicídios são a principal *proxy* de violência e/ou criminalidade para avaliar a gestão da segurança pública de dada sociedade. Nos últimos dez anos o Nordeste passou a ser a região onde houve mais vítimas de homicídios no país (NÓBREGA JR., 2015b). A Paraíba, principalmente a sua capital, João Pessoa, passou a ser uma das mais violentas da região.

As taxas de homicídios apresentaram comportamento explosivo entre os anos de 2006 e 2011 e os governos passaram a ser cada vez mais pressionados para conter a escalada da violência (gráfico 01).

**Gráfico 01. Taxas de homicídios na Paraíba – 1996-2014**



**Fonte: SIM/DATASUS. Cálculo das taxas por cem mil do autor.**

Estudos sobre criminalidade e violência nas ciências sociais, com destaque para a Sociologia, são muito promissores e há certo domínio desta área na análise. No entanto, quando o foco são as instituições ligadas ao aparato de segurança do estado, tais estudos são escassos. A maior parte da produção sociológica enxerga negativamente tais instituições, com destaque às polícias. Outro aspecto é a quase ausência de estudos de *policy*, ou seja, de análises de conteúdo de políticas públicas em segurança, que tenha como base o comportamento dos *policy makers*<sup>2</sup> e das relações de poder no processo decisório da política.

É nesse caminho que pretendo empreender a análise. O objetivo é analisar a *policy* (conteúdo da política pública) segurança pública no estado da Paraíba com o foco na gestão,

<sup>2</sup> Os tomadores de decisão numa linguagem técnica bastante utilizada.

destrinchando os dados e cruzamentos de variáveis (dependentes e independentes) buscando desenhar a política pública tendo como foco os resultados gerados pela gestão pública do estado, sobretudo o impacto dos gastos públicos na pasta e sua relação com a segurança.

O desenho de pesquisa busca trazer inferências causais para tentar analisar os níveis de significância estatística das variáveis institucionais. O método utilizado é quantitativo com uso de estatística descritiva e inferencial.

Para Freeman (2008 *apud* Rezende, 2015: 61) existem dois tipos básicos de pesquisa científica: um voltado para a análise estatística de dados e teste formal de hipóteses, e outro, voltado para formulações de hipóteses em confronto com a realidade. Este tipo de pesquisa científico aqui empreendido preocupa-se em analisar as tomadas de decisão de gestores públicos em relação a suas *policies*, utilizando dados estatísticos para isso, construindo hipótese para o teste da política.

Os dados de criminalidade serão as taxas de homicídios e os dados institucionais – os que tentarão medir o grau de preocupação da gestão na segurança pública - serão os gastos/despesas em segurança pública e os números de prisões efetuados em dado período. Os dados serão explicados na próxima seção.

### **Explicação dos dados e do modelo estatístico**

Os dados de homicídios utilizados na pesquisa foram resgatados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do sistema de dados de saúde (DATASUS) em sua última revisão (CID-10). Os dados são classificados como “mortes por agressão” e estão catalogados especificamente entres os códigos X85-Y09<sup>3</sup>.

Esses dados são resgatados em planilhas Excel em números absolutos, ou seja, sem levar em consideração o cálculo das taxas por cem mil habitantes. Para que isso seja possível, são baixados os dados populacionais das estatísticas demográficas do IBGE<sup>4</sup>. Tais dados também são resgatados em planilhas Excel. Dessa forma, utilizamos os dados dos dois bancos para fazer o cálculo das taxas de homicídios. Estas são feitas da seguinte forma:

$$Tb = Nhomb/Popb = Rb \times 100.000 = \text{taxa por cem mil}$$

A taxa de *b* é calculada dividindo os Números absolutos de homicídios de *b* pela População de *b*. O resultado desta divisão é multiplicado por 100.000, o que resulta na taxa.

Os dados das variáveis dependentes do estudo são institucionais<sup>5</sup>. São os dados de gastos em segurança pública que correspondem às despesas com policiamento, defesa civil, informação e inteligência e demais subfunções. Os dados de prisões efetuadas, que correspondem aos

---

<sup>3</sup> Esses códigos especificam os tipos de agressão, se por arma de fogo, se por objeto perfuro-cortante, se por asfixia etc. Para maiores explicações metodológicas desses dados, consultar [WWW.datasus.gov.br](http://WWW.datasus.gov.br) e Nóbrega Jr. (2010 e 2012).

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>5</sup> As variáveis dependentes têm o intuito de testar o nível de preocupação do gestor público (*policy maker*) da área da segurança pública na Paraíba.

números de ocorrência de todo o sistema prisional. Esses dados são baixados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública em seus dados de 2014 e 2015<sup>6</sup>.

Os dados serão trabalhados inicialmente em suas descrições e depois faremos inferências causais utilizando análises de correlação de variáveis. Utilizarei o Excel e o R para fazer os testes causais.

A correlação busca encontrar relação entre duas variáveis X e Y, uma dependente e a outra independente. O R da correlação é o coeficiente de Correlação de Pearson. A correlação é direta quando o  $R > 0$ , e é inversa quando o  $R < 0$ . Quando o  $R = 0$  não há correlação, ou seja, a correlação é nula. Correlações entre 0,03 e 0,35 são consideradas fracas, o mesmo ocorrendo com as negativas (menor que zero). Para que haja significância na correlação entre variáveis, o R deve ser maior que 0,35.

### **Arcabouço teórico**

A literatura nacional sobre a violência, a criminalidade e a segurança pública passou por constante evolução nas duas últimas décadas. Pesquisadores das ciências sociais empreenderam suas investigações tentando explicar as causas da violência e da criminalidade violenta, principalmente nas periferias das grandes cidades brasileiras, com destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo.

Nomes de destaque na Sociologia, como os de Gláucio Soares, Sérgio Adorno, Luiz Flávio Saporì, Túlio Khan, Cláudio Beato etc.; na Antropologia, como Alba Zaluar, Antônio Paixão, Roberto Kant de Lima etc. e na Economia, como o ilustre Daniel Cerqueira e seus modelos econométricos, contribuíram muito, e ainda contribuem, para o esclarecimento das relações causais envolvidas no estudo da violência e da criminalidade<sup>7</sup>. No entanto, pouco foi feito pelos cientistas políticos.

A Ciência Política negligencia a violência e o crime e muitos de seus atores sociais desprezam a área como sendo “assunto” de sociólogo. Tamanha é a rejeição, dificilmente encontramos um doutorando, ou até mesmo um mestrando, nos departamentos de Ciência Política das principais universidades que estejam debatendo a questão ou produzindo suas pesquisas de tese e dissertação sobre a temática da segurança pública e/ou criminalidade e violência.

Violência é o contrário de política e crime é o contrário de instituições. Por isso, crime, violência e segurança pública é matéria imprescindível para conhecer as peculiaridades institucionais que terminam implicando no crescimento da violência e do crime.

Os sociólogos descobriram que a violência e o crime violento é multicausal. Ou seja, existem muitas causas para o fenômeno. Edwin Sutherland, por exemplo, demonstrou que a desorganização social encontrada nas periferias de Chicago potencializava a criminalidade (SUTHERLAND, 1939). Esta começava como pequenas incivildades e evoluía para a

---

<sup>6</sup> Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

<sup>7</sup> Em publicação na Revista BIB-ANPOCS, Nóbrega Jr. (2015) empreendeu revisão bibliográfica internacional sobre as teorias sociais do crime e da violência.

criminalidade mais exacerbada, como são os homicídios, seguindo um pouco do que Wilson e Kelling iriam desenhar com a teoria das janelas quebradas (WILSON e KELLING, 1982). Os espaços deixados pelas autoridades estatais seriam o embrião para as práticas de delitos e crimes.

Os antropólogos demonstraram que a cultura importa e que, se o espaço for abandonado pelo estado, possivelmente outros atores sociais ocuparão o espaço deixado livre. Explicaram as origens das quadrilhas de traficantes no Rio de Janeiro e das milícias naquele mesmo estado (NÓBREGA JR., 2010).

Adorno e Salla (2007) empreenderam análise multimétodo – mesclando sociologia e antropologia – sobre as origens do Primeiro Comando da Capital no sistema penitenciário paulistano. Demonstraram que o grupo foi criado na lacuna proporcionada pela falta de institucionalismo dos procedimentos administrativos dentro da penitenciária e que isso abriu espaço para o surgimento do grupo. Mais uma vez, a lerdeza do estado como monopólio da violência institucionalizada resultou em mais crime e em mais violência dentro e fora dos muros da prisão.

Os economistas demonstraram a importância de se testar níveis de renda, o desempenho da economia medido pelo produto interno bruto, os níveis de desemprego e etc. como fatores que podiam, ou não, potencializar a violência e a criminalidade (NÓBREGA JR., 2015).

Cerqueira *ET al* (2007) demonstrou que os desníveis de renda e de desigualdade social implicavam em mais crimes no Rio de Janeiro. Soares (2008), em caminho oposto, demonstrou que as desigualdades sociais nem sempre explicam o crescimento da criminalidade violenta.

Já Nóbrega Jr. e Zaverucha (2010) comprovaram com dados que os níveis de renda e de desigualdade social melhoraram na região nordeste sem que a violência tivesse sofrido o mesmo efeito.

Zaverucha e Nóbrega Jr. (2015) inovaram ao analisar especificamente o programa de segurança pública do estado de Pernambuco, em que os tomadores de decisão da *policy* foram o foco dos dois autores. Demonstraram que determinados atores políticos foram imprescindíveis para o sucesso da política pública. Os autores utilizaram teorias das políticas públicas e do neoinstitucionalismo com análise de dados institucionais para chegar as suas conclusões.

A literatura demonstra que os testes de hipóteses precisam ser feitos para entender a realidade social, política, econômica e cultural. É necessário empreender nexos causais, é para isso que a literatura foi construída.

Dessa forma, a contribuição aqui vai neste sentido, em testar hipóteses que podem ser construídas tendo como base o conhecimento teórico e empírico. Se os espaços deixados pelo estado contribuem para o crescimento da criminalidade, se os aspectos socioeconômicos podem potencializar a criminalidade e se as instituições podem controlar a criminalidade, tudo tem de ser testado empiricamente.

A tarefa será construir uma hipótese que tenha como objetivo testar o nível de ação dos *policy makers* da gestão da segurança pública da Paraíba.

### **Construindo a hipótese da pesquisa**

A literatura nos diz que as causas são muitas para explicar o fenômeno da criminalidade violenta. Mas, nos trilha um caminho a ser seguido. Boa parte dos estudos aponta para o estado como ator central nesta dinâmica.

Os estados contemporâneos são modelos de democracia, em sua maioria formado por regimes políticos falhos em sua composição. Na América Latina prevalecem semidemocracias (MAINWARING ET AL, 2001) ou democracias delegativas (O'DONNELL, 2010).

Violações graves aos direitos humanos e agressão policial ferem o conceito de democracia contemporâneo. Daí a importância da gestão da segurança pública para a própria consolidação do regime político democrático (NÓBREGA JR., 2010b).

Para tanto, os governos são importantes para a boa condução da gestão da segurança pública democrática. Governos responsivos e eficazes respondem bem as demandas da sociedade (NÓBREGA JR., 2012).

A gestão pública é uma área específica da administração pública que, por sua vez, é uma subárea da Ciência Política (SOUZA, 2006). A gestão pública leva em conta três fatores importantes para a formação da agenda *setting*<sup>8</sup>: a *politic* (o ambiente político); a *polity* (as estruturas políticas); e a *policy* (o conteúdo propriamente dito da política pública) (FREY, 2000).

Hoje a pressão social por segurança pública levou o eleitor nordestino a pressionar os governos por políticas que garantissem mais tranquilidade e evitassem a agressão a sua propriedade (vida, liberdade e bens)<sup>9</sup>. O gestor passou a inserir na agenda do governo a segurança pública, mesmo a nível municipal (KHAN e ZANETIC, 2009).

A gestão da segurança pública há pouco entrou no hall de expertise dos governos nordestinos, resultado dessa demanda do eleitor/cidadão. Na Paraíba, os seus *policy makers* empreenderam mais gastos a cada ano, desde, pelo o menos, o ano de 2009 (NÓBREGA JR., 2016). Sinal de que a política de segurança passou a ser mais importante na tomada de decisão do gestor público estadual.

Partindo dessa premissa, vamos construir a nossa hipótese. Conjecturamos que o governo paraibano gasta mais em segurança pública e isso influenciou na curva das taxas de homicídios, esta como *proxy* de violência e crime ou criminalidade violenta. Além dos gastos,

---

<sup>8</sup> Formação da agenda da gestão pública em tela. No nosso caso, a gestão pública da segurança pública estadual.

<sup>9</sup> Pesquisas recentes feitas em Pernambuco pelo Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau em parceria com o Sistema Jornal do Commercio demonstraram que mais de 60% dos eleitores entrevistados colocaram como sua principal preocupação a segurança pública (Acesso em 06/10/2016: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2016/08/06/eleitores-do-grande-recife-tem-inseguranca-como-maior-problema-aponta-ipmnjc/>)

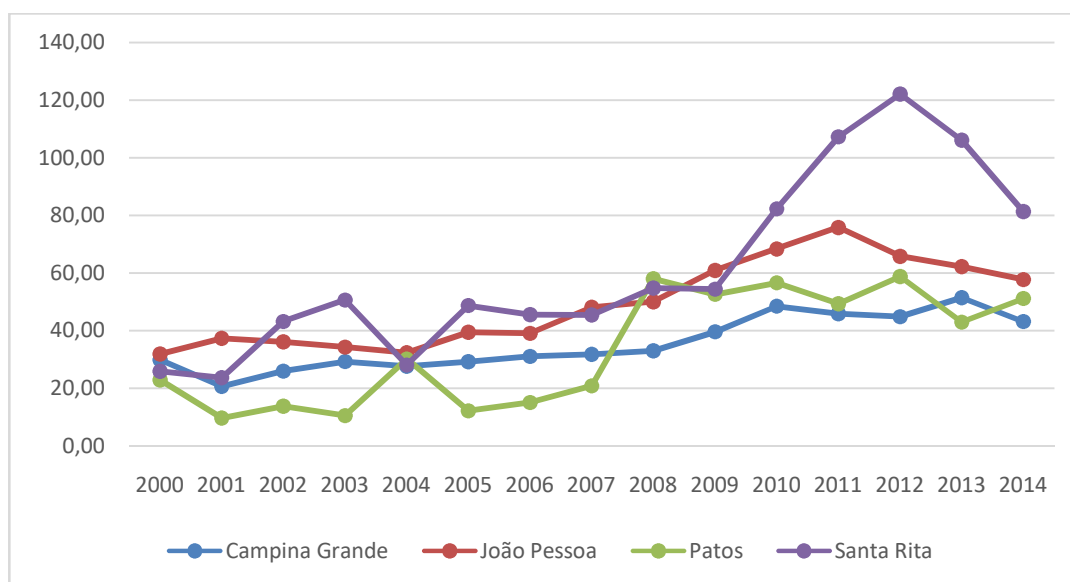
as ações do estado em efetuar prisões impactaram de alguma forma naquelas taxas de homicídios.

Partindo desta hipótese, iremos tratar os dados na seção seguinte.

### Analizando os dados

Observando as principais cidades paraibanas<sup>10</sup> e suas taxas de homicídios, verificamos que o período mais crítico se deu entre 2004 e 2010. Santa Rita e João Pessoa, representando a região metropolitana, passaram a apresentar maior tendência de queda nos dados de homicídios depois de 2010. Patos teve uma explosão de 2005 a 2008 e vem mantendo a taxa de homicídio entre 40 e 60 por cem mil habitantes num ritmo oscilante. Já Campina Grande apresenta crescimento contínuo, mas menos impactante que as outras cidades (cf. gráfico 02).

**Gráfico 2. Taxas de homicídios principais cidades paraibanas – 2000 a 2014**



Fonte: SIM/DATASUS/NEVU (Cálculo das taxas do autor).

Extraíndo os dados de João Pessoa e Santa Rita, temos a seguinte análise: (i) Em João Pessoa entre 2006 e 2011 há uma contínua ascendente, saltando de 39/100 mil para 76/100 mil em 2011, incremento percentual de 111% em cinco anos o que fez acender a luz vermelha da insegurança pública. Este pico em 2011 foi o maior de toda a série histórica do SIM<sup>11</sup>; (ii) a partir de 2011 os dados começam a retroceder em João Pessoa. A taxa chegou a 57,7/100 mil no último ano da série histórica, com redução de -23%; (iii) Santa Rita demonstrou comportamento mais expressivo na redução das taxas a partir de 2011, caindo de 107/100 mil para 81,3/100 mil, ou -24% nas taxas (cf. gráfico 02).

<sup>10</sup> O critério utilizado foi o nível demográfico, ou seja, o tamanho da população. Também sabemos que essas cidades concentram a maior parte do Produto Interno Bruto do estado e são mais atingidas pela violência.

<sup>11</sup> Que vai de 1980 a 2014.

Apesar de ainda ser muito alta, a tendência de queda demonstra que algo aconteceu na política pública de segurança que precisa ser averiguada empiricamente através de análises de dados estatísticos que possam avaliar governos. Contudo, o comportamento dos dados nos sugere que o gestor investiu maiores esforços na região metropolitana e em Campina Grande. O sertão, representado por Patos, não vem apresentando resultado semelhante.

A partir dessa informação, avalio a gestão da segurança pública paraibana descritivamente e, depois, buscando correlacionar os níveis de atuação dos dados descritivos.

A nossa variável independente são as taxas de homicídios na Paraíba, ou seja, a variável de controle. As variáveis dependentes, que buscam explicar a ação dos governos paraibanos na pasta da segurança pública, são os gastos/despesas em segurança e as prisões efetuadas no período. Estas variáveis também são chamadas de explicativas. As variáveis são descritas na tabela 1 abaixo:

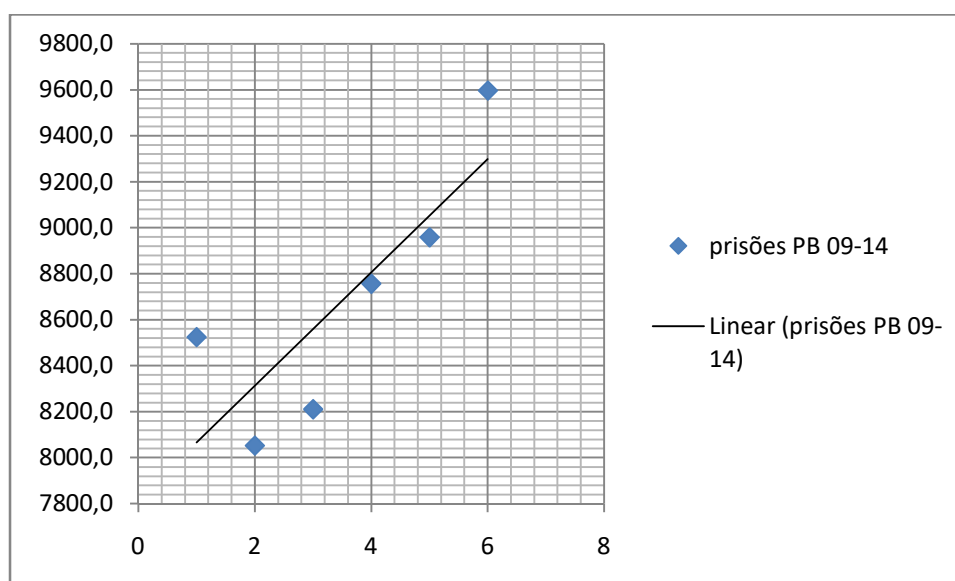
**Tabela 1. Descrição das variáveis – Taxas de Homicídio (independente), Gastos com segurança pública, prisões totais (dependentes)**

Variáveis/anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Taxas de homicídios	33,5	38,63	42,57	39,97	38,2	37,5
Gastos com segurança	562,5	576,6	637,9	744	853,3	861
Prisões totais	8.524	8.052	8.210	8.756	8.958	9.596

Fonte: SIM/DATASUS/NEVU/Fórum Brasileiro de Segurança Pública (cálculo das taxas de homicídios do autor). Ministério da Justiça/SENASP. Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Depen. IBGE. Dados das taxas de homicídios da Paraíba para 2013 e 2014 foram retirados do FBSP (2015). Os dados de gastos são em milhões de Reais (R\$).

Observando os dados descritos na tabela um, percebemos que as taxas de homicídios crescem até 2011 e são arrefecidas pós 2011. Os gastos em segurança pública são crescentes linearmente como são os dados de prisões totais. Os gastos cresceram em 53% e as prisões efetuadas no estado em 12,5%.

**Gráfico 03. Gráfico de dispersão da variável ‘prisões’**

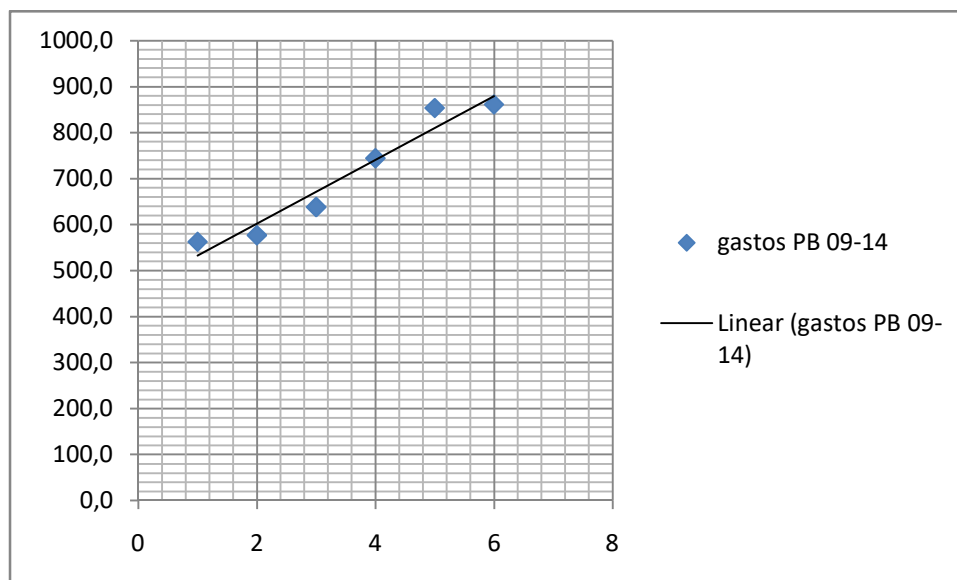




Fonte: Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

O gráfico três apresenta a dispersão das prisões ao longo do período (2009 a 2014). As prisões são lineares e continuamente positivas no tempo. O último ano demonstra o maior impacto na ação do estado, demonstrando ser um *out lier*. Como veremos na correlação entre as variáveis, isto terá peso no resultado.

**Gráfico 04. Gráfico de dispersão da variável ‘gastos’**



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O gráfico de dispersão dos gastos também aparece com crescimento linear, mas há menor dispersão que os dados de prisões, sem *out lier*, os dados são mais uniformes (cf. gráfico 04).

Uniformizando os dados para que os mesmos possam ser correlacionados e/ou cruzados em níveis de impacto, observamos os níveis desenhados na tabela dois abaixo.

**Tabela 2. Modelo de Correlação de Pearson**

Correlações	Gastos em segurança pública	Prisões efetuadas	Prisões efetuadas
Taxas de homicídios	0,140	-0,251	
Gastos em seg. pub.			0,861
N	6	6	6

Correlação de Pearson efetuado no Programa Excel.

As correlações foram feitas em séries temporais (2009 a 2014) em suas matrizes. A matriz da variável independente das taxas de homicídios foi correlacionada com a matriz de gastos e com a matriz de prisões. A série temporal das taxas de homicídios, variável independente ou variável Y, foi correlacionada com a série temporal dos gastos em segurança pública (variável dependente  $X_1$ ), e posteriormente correlacionada com a variável prisões (variável dependente  $X_2$ ). Apesar do maior crescimento percentual ter sido nos gastos com segurança, foi a variável

dependente de prisões que mostrou maior correlação com sinal negativo. Ou seja, as prisões efetuadas tiveram maior efeito na redução das taxas de homicídios. Apesar das correlações apresentarem níveis baixos de significância estatística, o gestor apresentou maior resultado em sua atuação em prender criminosos.

O modelo apresentou, também, uma correlação forte entre gastos e prisões. Como prisões se mostrou mais forte que gastos no controle dos homicídios, efetuar mais gastos aparece como uma ação racional por parte da gestão pública da Paraíba. Isso nos indica que o gestor continuará gastando mais em segurança pública.

A nossa hipótese pode ser comprovada empiricamente com os testes estatísticos aqui realizados. Mais gastos têm influência na curva da violência, mas com tímida relação causal. As prisões apresentaram coeficiente de correlação maior, mas mesmo assim com baixa significância estatística. O  $R < 0$  da correlação entre taxas de homicídios e prisões efetuadas sugere que maior investimento nesta variável pode diminuir ainda mais as taxas de homicídios. Como as prisões têm alta correlação com os gastos públicos em segurança, isso nos sugere que o gestor público irá continuar investindo mais na pasta.

## **Conclusões**

Estudos sobre análise de políticas públicas em segurança pública são escassos. Na literatura recente sobre a temática, há um grande vazio de análises sobre atuação de governos em políticas públicas em segurança<sup>12</sup>. A maior parte das análises foca no fenômeno da violência e da criminalidade, ou no papel da polícia e dos governos sem fazer avaliações de *policy*.

O estudo aqui em tela buscou seguir caminho diferente. É uma análise de política pública que busca medir o impacto de ações do governo estadual da Paraíba na área setorial da segurança pública.

Vimos que a criminalidade violenta, medida pelos números de homicídios, seguiu uma guinada expressiva desde meados da década de noventa. Só recentemente os indicadores de criminalidade violenta passaram a ter algum efeito inverso na escalada dos dados de homicídios na Paraíba.

O empreendimento teórico nos fez criar uma hipótese para testar o nível de ação do governo na política pública de segurança. Avaliar a política pública de segurança em cima de duas variáveis é por demais limitado, mas nos faz tirar algumas conclusões.

A hipótese afirmou que o governo mostrou maior preocupação com a *policy* segurança pública a partir do momento que passou a investir mais na pasta. O crescimento percentual foi maior que a inflação do período. As prisões também foram robustecidas, o que mostra maior atuação do estado na política de contenção.

---

<sup>12</sup> Em levantamento recentemente feito na Scielo Library tendo como assunto 'segurança pública', entre 2005 e 2016, foram resgatados 34 artigos em 23 periódicos indexados nessa plataforma eletrônica. Dos 34 artigos, nenhum tratava da avaliação de políticas públicas utilizando referencial teórico e empírico das Políticas Públicas como área de atuação.

A hipótese foi em parte confirmada com os resultados das correlações, mas tais resultados demonstraram níveis baixos de correlação, nenhum superior aos 0,35 no seu coeficiente de correlação. Isso nos dá duas respostas: 1. Para um teste mais robusto da política são necessárias mais variáveis institucionais e um modelo de regressão logística; 2. A resposta das correlações foi satisfatória, pois nos deu a dimensão da importância dada pelo governo a área e nos apontou a necessidade de estudos mais robustos com o teste de maior número de variáveis.

Concluindo, para o estudo mais apurado da política pública de segurança na Paraíba é imperativo e com a melhoria dos dados estatísticos, com maior número de variáveis e indicadores, será mais fácil detectar as reais necessidades da política pública de segurança no referido estado.

### **Bibliografia**

ADORNO, S.;SALLA, F. (2007), *Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. Estudos Avançados* 21 (61). São Paulo.

CERQUEIRA, D.; LOBÃO, W.; CARVALHO, A. (2007), *O jogo dos sete mitos e a miséria da segurança pública no Brasil. Homicídios no Brasil*. Orgs. Marcus Vinicius Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batitucci. Ed. FGV. Rio de Janeiro.

FREY, K. (2000), *Políticas Públicas: Um Debate Conceitual E Reflexões Referentes À Prática Da Análise De Políticas Públicas No Brasil. Planejamento E Políticas Públicas* No 21.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2015), *Anuário Brasileiro de Segurança Pública. ISSN 1983-7364. Ano 9*.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (2016), *Dados populacionais extraídos*.

KAHN, Tulio e ZANETIC, André (2009), *O papel dos municípios na segurança pública*, in **Coleção Segurança com Cidadania**, Ano 1, Nº 1, Subsídios para Construção de um Novo Fazer Segurança Pública. ISSN 1984-7025

MAINWARING, S.; BRINKS, D.;PÉREZ-LIÑÁN, A. (2001), *Classificando Regimes Políticos na América Latina,1945-199. DADOS—Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol.44, nº4, 2001 ,pp.645 a 687.

NÓBREGA JR., José M. (2010), *Os Homicídios no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco: dinâmica, relações de causalidade e políticas públicas*. Tese de Doutorado. **Programa de Pós-Graduação em Ciência Política UFPE**. 271f.

NÓBREGA JR., José M. (2010b), *A Militarização Da Segurança Pública: Um Entrave Para A Democracia Brasileira. Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 119-130.

NÓBREGA JR., José M. (2012), *Homicídios no Nordeste. Dinâmica, relações causais e desmistificação da violência homicida*. 1ª edição. **ED. UFCG**. Campina Grande.

NÓBREGA JR., José M. (2015), *Teorias do crime e da violência: uma revisão da literatura*. **ANPOCS BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Nº 77. ISSN 1516-8085. São Paulo.

NÓBREGA JR., José M. (2015b), *Diagnóstico da violência no Brasil e os desafios para a segurança pública*. **Revista Espaço Acadêmico**. Nº 167.

NÓBREGA JR., José M. (2016), *A Criminalidade e a Segurança Pública no Nordeste Brasileiro*. **Campo de Pública: Políticas Públicas**. V. 1. Orgs. Edjane E. Dias da Silva e José Maria P. da Nóbrega Jr. Ed. UFCG. Campina Grande.

NÓBREGA JR., J.M.;ZAUERUCHA, J. (2010), *Violência homicida no nordeste brasileiro: uma refutação às explicações baseadas na desigualdade e na pobreza*. **ANUÁRIO ANTROPOLÓGICO**. Conferência Dossiê Segurança Pública. Brasília, DF.

O'DONNELL, G. (2010), *Democracia, agência e estado. Teoria com intenção comparativa*. **Ed. Paz e Terra**. São Paulo.

REZENDE, F. C. (2016), *Os leviatãs estão fora de lugar. Democracia, Globalização e Transformações no Papel do Estado*. **Ed. UFPE**. Recife.

SISTEMA BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO DE MORTALIDADE (SIM/DATASUS) (2016), *Dados de mortes por agressão extraídos* [WWW.datasus.gov.br](http://www.datasus.gov.br)

SOARES, G. A. D. (2008), *Não Matarás*. **Ed. FGV**. Rio de Janeiro.

SOUZA, C. (2006), *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUTHERLAND, E. (1939), *Principles of criminology*. **Philadelphia: J.B. Lippincott**.

WILSON, J. Q.;KELLING, G. (1982), *Broken Windows: the Police and neighborhood safety*. **The Atlantic**. Disponível em: [HTTP://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/](http://www.theatlantic.com/magazine/archive/1982/03/broken-windows/304465/). Acesso em outubro de 2016.

ZAUERUCHA, J.;NÓBREGA JR. J.M. (2015), *O Pacto pela Vida, os tomadores de decisão e a redução da violência homicida em Pernambuco*. **DILEMAS:Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 8, nº2. PP. 235-252. Rio de Janeiro.